

Parte 2 – desafios político-pedagógicos para a formação de  
professores na América Latina  
**8. Lendo Cartas londrinas...: Aprendendo a ouvir melhor as  
vozes brasileiras**

Regina de Fatima de Jesus

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

JESUS, R.F. Lendo Cartas londrinas...: Aprendendo a ouvir melhor as vozes brasileiras. In: SANGENIS, L.F.C, OLIVEIRA, E.F.R., and CARREIRO, H.J.S., eds. *Formação de professores para uma educação plural e democrática: narrativas, saberes, práticas e políticas educativas na América Latina* [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018. Pesquisa em educação / Formação de professores series, pp. 177-197. ISBN 978-85-7511-484-1. <https://doi.org/10.7476/9788575114841.0010>.

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# 8

## Lendo *Cartas londrinas* Aprendendo a ouvir melhor as vozes brasileiras

Regina de Fatima de Jesus

### Encontros

O ponto de partida de nosso trabalho com professoras tem de ser a prática docente, junto como o reconhecimento de que a professora tem um conhecimento produzido em seu cotidiano. O senso comum das professoras vem carregado de núcleos de bom senso, com os quais temos muito de aprender. São estes núcleos de bom senso as pistas para nossa intervenção. É a partir deles que podemos contribuir para a melhoria do trabalho docente.

Ao invés de identificar o que a professora *não sabe*, parece mais construtivo deixá-la mostrar o que *já sabe* e o que *deseja saber*. (Garcia, 1995, p. 109)

Queria muito escrever um texto para reverenciar<sup>1</sup> uma educadora que deixou fortes marcas em muitas de nós que ingressamos no magistério e fomos nos construindo professoras-pesquisadoras, militantes cotidianas, no chão fértil das escolas públicas. Intelectual reconhecida para além do Brasil, mas que iniciou sua carreira docente em uma

---

1. E “reverenciar” aqui tem um sentido mais profundo, apreendido da tradição oral africana. Não é apenas respeito e homenagem, mas um sentimento profundo de agradecimento que devemos ter pelos antepassados, pelos que nos ensinaram e deixaram suas marcas, mantendo uma ligação entre material e espiritual.

escola pública periférica, no município do Rio de Janeiro e, contagiada por essa realidade, preocupada com as classes subalternizadas, esteve atenta às suas vozes.

E, para falar dessa intelectual, dessa educadora especial, particularmente para mim, mas também para algumas companheiras pesquisadoras do Grupo de Pesquisa Vozes da Educação: Memória(s), História(s) e Formação de Professore(s), volto a um livro que foi inspirador, *Cartas londrinas: e de outros lugares sobre o lugar da educação*,<sup>2</sup> com o qual inicio este diálogo que fala de nós: *Ubuntu*, “Eu sou porque nós somos”.

As “Cartas são londrinas”, mas com Regina Leite Garcia aprendi a ler melhor a realidade brasileira, porque compreendi que, antes de ler, precisava ouvir. Ouvir: “O seu trabalho é de uma *griote*”, desafiava-me nas orientações coletivas de doutorado,<sup>3</sup> instigando-me a compreender as culturas de matriz africana, tendo em vista que minha pesquisa de doutorado pressupunha compreender em que momento das histórias de vida de professoras negras que cursaram a pós-graduação lato sensu “Alfabetização dos alunos das classes populares” elas assumiam/afirmavam suas identidades étnico-raciais negras e de que maneira esta afirmação identitária transformava suas práticas pedagógicas. Contarei mais adiante sobre esse processo de orientação com minha “mãe acadêmica”, inspiradora de tantas horas, não meramente nas ações de ensino-pesquisa-extensão, mas também como mãe, mulher, professora e pesquisadora que passa a ouvir e sentir mais o que as vozes cotidianas dizem em suas minúcias. A compreender melhor as possibilidades de transformação de realidades

---

2. Garcia, 1995.

3. Doutorado em Educação, cursado na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, entre 2001 e 2004, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neusa Maria Mendes de Gusmão, mas como pesquisadora do Grupo de Pesquisa Alfabetização dos Alunos e das Alunas das Classes Populares (GRUPALFA), tive a co-orientação de Regina Leite Garcia e do grupo de pesquisa.

a partir das ações cotidianas, que eu chamei de “microações afirmativas cotidianas”.

Embora meu primeiro contato com Regina Leite Garcia, não tenha sido lendo *Cartas londrinas e de outros lugares sobre o lugar da educação*, este fragmento do livro de sua autoria, trazido em epígrafe, lido por mim em 1995, ano em que participei do processo seletivo para o mestrado em Educação na UFF, consistiu em momentos de encontro. Logo após a aprovação, estava eu conversando com Regina sobre a disciplina para a qual estava inscrita, ainda sem saber que estava, também, ingressando em um Grupo de Pesquisa Alfabetização dos alunos e das alunas das Classes populares (GRUPALFA), coordenado por ela. Tudo acontecendo ao mesmo tempo.

Não foi fácil este início na academia, um processo em que dor e prazer se misturaram. Há dez anos fora da universidade, com anos de magistério público estadual, na maior parte do tempo atuando com turmas de alfabetização e educação infantil. Mergulhada na prática pedagógica, mas sem muito refletir sobre os “núcleos de bom senso” presentes no *quefazer* (Freire, 1996) cotidiano. Muitos desafios foram lançados no mestrado. Muitas leituras e, quanto mais lia, mas descobria lacunas em minha formação. A cada reunião do grupo de pesquisa, a cada orientação coletiva do grupo do mestrado, um novo desafio colocado por Regina. Daria conta? Ela mesma duvidava e muitas vezes me disse isso. Entretanto, instigava-me a sair da zona de conforto. O projeto de mestrado, inicialmente voltado ao currículo da educação infantil, modificava-se e, de minha prática pedagógica junto às crianças pequenas, incomodavam-me as mazelas pelas quais passava o magistério diante do contexto neoliberal: “Professoras da escola pública – Por que ficam? Uma história a contar”.<sup>4</sup>

---

4. Título da dissertação de mestrado, defendida em 1998, na Faculdade de Educação, da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Ao ouvir as histórias de vida de seis professoras, buscava entender no entremeio de suas vozes o motivo de nossas permanências no magistério público estadual, apesar de todo contexto adverso. Regina Leite Garcia dizia que “O fato é que as pressões, objetivas e subjetivas, acabaram por se encontrar, materializando-se no que convencionamos denominar compromisso” (1995, p. 11), desmistificando, assim, a pretensa neutralidade da pesquisa. Esta, por sua vez, era a razão pela qual investigava o motivo de as professoras permanecerem no magistério para compreender minha própria permanência e, assim, fortalecer minha/nossa opção pelo magistério. “Todo conhecimento é autoconhecimento”, assim compreendo com Boaventura de Sousa Santos (2000).

Concluí o mestrado no ano de 1998 e, logo após, fiz concurso para o Departamento de Educação da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, ingressando, também, no Grupo de Pesquisa Vozes da Educação: Memória(s), História(s) e Formação de Professore(s). Os caminhos dos dois grupos se tangenciam, pesquisadoras comuns aos dois grupos, muitos encontros nas duas instituições – UFF e UERJ/FFP; aprendizagens coletivas.

Os questionamentos e os desafios colocados por Regina diante de minhas limitações acadêmicas foram muitos. Com ela fui aprendendo que cada aluno, que cada professor com o qual atuamos, nas atividades de ensino-pesquisa-extensão tem sempre muito a oferecer, que o crescimento intelectual vem dos desafios superados e assim, vou pautando a práxis, acreditando que “O senso comum das professoras vem carregado de núcleos de bom senso, com os quais temos muito de aprender. São estes núcleos de bom senso as pistas para nossa intervenção. É a partir deles que podemos contribuir para a melhoria do trabalho docente” (Garcia, 1995, p. 109).

Eis que sua presença coordenando o grupo de pesquisa não nos deixava esquecer desse compromisso com os saberes docentes: “Ao invés de identificar o que a professora não sabe, parece

mais construtivo deixá-la mostrar o que já sabe e o que deseja saber” (ibidem).

Foi neste contexto, participando como pesquisadora do GRU-PALFA, envolvida em suas atividades de ensino-pesquisa-extensão, que no ano de 2000, atuando como professora do curso de pós-graduação *lato sensu* “Alfabetização dos alunos das classes populares” que me vi diante de uma turma com trinta mulheres (alunas – professoras – alfabetizadoras) negras... No entanto, o que parecia óbvio, não era. E foi Vera Lúcia, uma das alunas da turma que ousou chamar atenção para aquela realidade: “Eu nunca vi um curso de pós-graduação com tanta mulher negra!”

Estava aprendendo com Regina um jeito de “dar aula”, sem levar a aula “pronta”, mas planejada em um “preparar-se para”, com um jeito de “ouvir e sentir” a aula como um acontecimento que se dá na interação com os sujeitos:

Preparar-se para nós significa, sobretudo, tornar-se mais e mais capaz de improvisar a partir do planejamento, mais e mais aberta ao novo, ao imprevisível, mais e mais criativa, mais e mais capaz de ler o que as professoras nos dizem com suas vozes, seja o conteúdo da fala, seja a forma da fala (entonação), com seus corpos, com seus olhares, com suas expressões faciais. Ler o dito e o não dito, difícil aprendizagem coletiva diária (Garcia, 1996, p. 24).

Naquele momento, era Vera Lúcia quem trazia os temas do curso. No dito por ela, o interdito nos olhares e nos corpos ao seu redor. Visíveis/invisíveis as marcas fenotípicas e as marcas de origem daquelas professoras em uma sala de aula da UFF, em uma manhã ensolarada de sábado do ano 2000. Como não ver? Por que a invisibilidade? Que “marcas” na construção histórica da sociedade brasileira “marca” com a negação o pertencimento étnico-racial de brasileiros e brasileiras que destoam do padrão

eurocêntrico. A fala da professora ousa desvelar e, neste movimento, desestabiliza certezas. A partir de sua fala, corpos inquietos, burburinho, pois ser negro no Brasil, como nos ensina Neusa dos Santos Souza (1990), é “tornar-se negro”. Assim, o movimento instaurado nas aulas foi modificando a própria dinâmica do curso, tendo sido acrescentado um módulo sobre “História da África”.<sup>5</sup>

Eu, contagiada por aquele contexto pedagógico, com as muitas aprendizagens que ia construindo nos grupos de pesquisa, no grupo de orientação coletiva, não poderia ficar imune a tantas vozes que, historicamente negadas, ousavam dizer suas palavras e, mais uma vez, a prática pedagógica me anunciava caminhos investigativos. Sim, “...pressões, objetivas e subjetivas acabaram por se encontrar, materializando-se no que convencionamos denominar compromisso”, repito com Regina Leite Garcia (ibidem).

Fui entender, posteriormente, que naquele contexto, eu “estava à escuta”. Amadou Hampâté Bâ (2003) me diz que, para as pessoas de “conhecimento”, formadas pela tradição oral africana: “... a configuração das coisas em determinados momentos-chave da existência possuía um significado preciso, que sabiam decifrar. ‘Esteja à escuta’, dizia-se na velha África, ‘tudo fala, tudo é palavra, tudo procura nos comunicar um conhecimento’” (Bâ, 2003, p. 31).

Naquele momento pude compreender, profundamente, o sentido da experiência e o poder da palavra que comunica, que expressa por meio do corpo inteiro. A experiência compartilhada nos trazia a sabedoria presente nas muitas narrativas das alunas-professoras do grupo. E Vera Lúcia, desafiando os corpos e

---

5. O módulo que foi acrescentado ao curso de pós, História da África, foi ministrado pelos professores convidados Henrique Cunha Júnior, Amauri Mendes Pereira e Azoilda Loretto da Trindade. De acordo com a grade curricular dele, os módulos são os seguintes: Alfabetização: responsabilidade de todos; Alfabetização e currículo; Alfabetização teoria e prática; Professora pesquisadora; Alfabetização e produção de conhecimento; Cultura, linguagem e dialogismo; Avaliação e alfabetização; além de seminários de pesquisa e atividades culturais, dentre outras desenvolvidas durante o curso.

mentes até então calados, interditados em seu direito de expressão, parecia sintetizar com sua fala o que percebíamos, mas, historicamente temos naturalizado e até mesmo tornado invisível. Mulheres negras que foram, historicamente, destituídas da capacidade de narrar e escrever suas histórias, pois a história oficial, contada pela classe hegemônica, tem relegado aos afrodescendentes um lugar secundário na História.

A singularidade na turma de alunas do curso de pós foi se tornando visível com as narrativas das mulheres negras presentes naquele cotidiano. Era como se nossos ouvidos captassem pelas vozes interditas, a cor negra ainda não assumida por parte daquelas mulheres: “Mulher negra alfabetizando – que *palamundo* ela ensina o outro a ler e escrever?”<sup>6</sup> Eis que, ouvindo minha intuição, encontro-me com a intenção de pesquisa a ser realizada no Doutorado em Educação. O cotidiano da prática pedagógica, o exercício da docência alimentara o desejo e fizera emergir a pesquisa. Nela, a pesquisadora-professora e sua prática tomavam lugar, semelhante ao das mulheres – suas alunas –, em sua maioria, professoras negras.

E Regina Leite Garcia me desafiava a pensar meu trabalho como de uma griote,<sup>7</sup> tendo em vista a busca pela sabedoria que vem das histórias das professoras negras, valorizando a oralidade como forma de expressão, como possibilidade de contar e contar-se, trazendo histórias individuais e coletivas.

---

6. Em meu primeiro registro, após o encontro inicial com a turma de pós, já colocara a intenção da pesquisa e registrara o possível título do que se tornaria o projeto de doutorado.

7. De origem francesa, o termo *griot* e seu feminino *griote* denominam, nas sociedades africanas de tradição oral, quem transmite oralmente a tradição histórica do povo. Tomo de empréstimo o termo, resignificando-o, trazendo-o para nossa realidade, buscando a memória de tantas mulheres guardiãs da palavra, em diferentes espaços sociais: no espaço doméstico, nas rodas familiares, nas escolas, nos espaços religiosos. Muitas vezes, são as mulheres as guardiãs da palavra, as conselheiras, as que pela memória, pela arte de narrar, fazem perpetuar a história, as tradições do povo.



Assim, fui me aproximando de autores africanos e afro-brasileiros, também a convite do professor Henrique Cunha Jr., para revisitar a história do segmento negro da população a partir do ponto de vista do protagonismo negro, rompendo com a visão eurocêntrica da história, buscando a superação de realidades racistas.

Eis que as histórias de vida das três professoras negras que cursaram a pós-graduação *lato sensu* “Alfabetização dos alunos das classes populares” e compartilharam experiências para a pesquisa de doutoramento deixaram pistas de que suas práticas pedagógicas, a partir do momento em que assumiam/afirmavam publicamente suas identidades étnico-raciais, poderiam ser chamadas de “microações afirmativas cotidianas”. Ações miúdas, mínimas, sementes cotidianas que implicam em transformações dos sujeitos presentes neste microespaço, potente em *saberes*, em *fazeres*.

Quando prática-teoria-prática são religadas como sempre estiveram no viver cotidiano, não mais se pode isolar o sujeito do objeto, ou dicotomizar o mundo, ou encontrar salvação no futuro, no isolamento das grades ou dos laboratórios, ou no olhar estratégico, perspectiva herdada da modernidade. O outro passa a ser reconhecido no espaço/tempo do cotidiano, no aqui e agora, dentro e fora, no entre-lugar em que estamos, resultado de um contínuo processo de hibridização (Garcia, 2006, p. 18).

E são as microações afirmativas cotidianas com as quais dialogaremos nos “entrelugares” que envolvem ensino-pesquisa-extensão, pois “prácticas-teorias-práticas” que emergem desses encontros também me trazem marcas de encontros com a importante intelectual Regina Leite Garcia. Com ela, muitos caminhos foram abertos, muitas histórias foram escritas, porque antes da escrita muitas vozes foram ouvidas.

## Entrelugares

As pesquisas “Microações afirmativas no cotidiano de escolas públicas do município de São Gonçalo”, “Compartilhando experiências: possibilidades para implementação da lei 10.639/03 em escolas públicas gonçalenses” e “Compartilhando experiências pedagógicas: a investigação-formação como possibilidade para implementação da lei federal 10.639/03 em escolas públicas gonçalenses” tiveram início em 2007, 2011 e 2016, respectivamente, com a escrita de um projeto de pesquisa que foi apresentado no Dia Internacional das Histórias de Vida,<sup>8</sup> em evento organizado pelo Grupo de Pesquisa Vozes da Educação, três anos após a conclusão do doutorado em educação.

O cotidiano escolar, *locus* das ações miúdas, minúsculas, aparentemente invisíveis, pois não perceptíveis no todo social, também traz vozes que precisam encontrar e consolidar espaços para o compartilhar de experiências, pois “Gente simples, fazendo coisas pequenas, em lugares pouco importantes, conseguem mudanças extraordinárias” (provérbio africano). Esse tem sido nosso desafio: buscar ouvir as microações afirmativas cotidianas.

Por que microações afirmativas cotidianas? Porque são ações de caráter instituinte que tem como *locus* o microespaço cotidiano. São práticas pedagógicas de caráter antirracista que visam superar a desigualdade étnico-racial presente na sociedade brasileira e, conseqüentemente, nos cotidianos escolares, muitas vezes, impedindo e/ou dificultando o sucesso escolar das crianças e jovens afrodescendentes. As microações afirmativas, segundo nossa concepção, fazem parte de uma práxis de interferência cotidiana contínua, e as ações dos professores decorrem da percepção e comprometimento com a superação do racismo (Jesus, 2011).

---

8. Comemorado em 16 de maio.

Inspirada por Amadou Hampâté Bâ (1982), vamos caminhando com a sabedoria das tradições bambara e peul (p. 195), pois assim entendemos as pesquisas e a perspectiva de interação que trazem os múltiplos sujeitos que nos habitam e as múltiplas dimensões que cada um traz ao compartilhar experiências:

[...] os ensinamentos referentes aos homens baseiam-se em mitos da cosmogonia, determinando seu lugar e papel no universo e revelando qual deve ser sua relação com o mundo dos vivos e dos mortos. Explica-se tanto o simbolismo de seu corpo quanto a complexidade de seu psiquismo: “As pessoas da pessoa são numerosas no interior da pessoa”, dizem as tradições bambara e peul” (Bâ, 1982, p. 195).

Assim, Michel de Certeau (1995) vem ao diálogo, pois propõe diante de um cotidiano aparentemente “conforme” e “conformista”, o deslocamento das fronteiras de dominação, instaurando novas formas de agir/fazer/burlar, alçando vôos e alcançando um patamar que leva às possibilidades de ações minúsculas dos sujeitos. Sujeitos cotidianos que “estão juntos, que estão ao lado”, que nos acompanham: nossos alunos, as professoras das escolas públicas com quem pesquisamos, mas que estão/são invisibilizados e tem seus *quefazer*es não valorizados pela história oficial.

Pelo trabalho que vem sendo desenvolvido desde 1999, na Faculdade de Formação de Professores da UERJ, além dos dados estatísticos (IBGE, 2010), fui percebendo que o município de São Gonçalo/RJ, onde se situa esta unidade da UERJ, é majoritariamente afrodescendente.

Assim, aliando interesse investigativo e compromisso político com a transformação da realidade na qual desenvolvo as atividades acadêmicas, elaborei o projeto e realizamos a pesquisa “Microações afirmativas no cotidiano de escolas públicas do município de São Gonçalo”.

Durante as duas etapas do processo de pesquisa buscamos ouvir professores da rede pública de ensino (municipal e estadual) que desenvolvem o que temos chamado de “microações afirmativas cotidianas”. Essas microações são fruto da prática pedagógica de professores que revelam um comprometimento com a promoção das crianças e jovens negros que até então não percebiam, nos espaços escolares, a valorização da história e da cultura afro-brasileira, das matrizes africanas de nossa cultura, dos referenciais negros sendo apresentados e valorizados ao se trazer a História Oficial (Jesus, 2014).

Embora nossa preocupação, no âmbito da pesquisa “Microações afirmativas no cotidiano de escolas públicas do município de São Gonçalo”, não tenha sido com a implementação da lei 10.639/03 – que tornou obrigatório o ensino da “História e cultura afro-brasileira e africana”,<sup>9</sup> pois a noção de microação afirmativa trazida em nossos trabalhos é anterior à sua promulgação –, a emergência de formação por parte de professores que sentem esta lacuna nos cursos de formação inicial e a ausência de formação contínua em função da legislação foram recorrentes nas entrevistas realizadas. “E essa lei (10.639/03) sai ou não sai do papel?”, questionou o professor Reinaldo,<sup>10</sup> invertendo os papéis, no momento em que era entrevistado por nós. “Eu sempre tive vontade de estudar História da África, depois que veio a lei então, fiquei mais animado!”

Novo desafio: como pensar caminhos para a formação docente? Assim, como desdobramento, de 2011 a 2015, desenvolvemos a pesquisa: “Compartilhando experiências: possibilidades para a implementação da lei 10.639/03 em escolas públicas gonçalenses”

---

9. A lei 10.639/03, modificando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (9.394/96), tornou obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino (Brasil, 2003).

10. Professor da E.M. Raul Veiga, em entrevista realizada no ano de 2008, durante a pesquisa “Microações afirmativas”. Reinaldo também é participante da pesquisa atual.

e, a partir de 2016, a pesquisa, com a mesma perspectiva passou a se chamar “Compartilhando experiências pedagógicas: a investigação-formação como possibilidade para a implementação da lei federal 10.639/03 em escolas públicas gonçalenses”.

As pesquisas, com o caráter de investigação-formação (Josso, 2005), buscam co-construir, junto aos professores da rede pública de ensino, bem como junto a alunos em formação (Faculdade de Formação de Professores e Curso Normal), caminhos para a implementação da lei 10.639/03; elaborar materiais pedagógicos no sentido de sua implementação, mas, antes de tudo, nosso princípio é que, ouvindo as narrativas dos participantes, possamos levantar quais são as microações afirmativas que vêm sendo desenvolvidas em seus cotidianos escolares, visando a transformação e realidades de racismo.

As oficinas pedagógicas da pesquisa – *espaçotempo* narrativos que estamos consolidando para o compartilhar de experiências – são referenciadas pelos valores civilizatórios afro-brasileiros (Trindade, 2005).

Assim, em nossos encontros, organizados em três momentos que dialogam entre si, inicia-se em uma roda composta pelos participantes, tendo em vista o princípio da “circularidade”, tanto presente na forma de nos sentarmos, como também no entrelaçar de narrativas. Reencontramos e nos reencantamos com nossa “ancestralidade”, buscando ouvir e “nos aquecer com o calor da voz humana”; “Há povos que se servem da linguagem escrita para fixar o passado; mas acontece que essa invenção matou a memória entre os homens: eles já não sentem mais o passado, visto que a língua escrita não pode ter o calor da voz humana” (Niane, 1982, p. 65).

A “oralidade” dá o tom e vamos trazendo a “memória” de tempos outros, enredando histórias de vida e profissão. A “ludicidade”, a “corporeidade” e a “musicalidade” também fazem parte desse momento e de dinâmicas da oficina em que outros valores

civilizatórios, tais como a “religiosidade” e a “energia vital – Axé”, aproximam-nos e evidenciam uma cosmovisão marcada pela “cooperatividade” entre os participantes.

Assim, vamos entrelaçando nossas vozes e algumas aqui são trazidas ao diálogo, pois alimentam, nutrem nossa opção política e teórico-epistemológica.

É uma das vozes negras brasileiras que inicialmente a memória busca daquele momento de oficina, em um sábado pela manhã na FFP/UERJ (opção do grupo de professores inscritos), é a de Cinthia, então bolsista da pesquisa:

Durante o primeiro momento da oficina, em uma roda de apresentação, diz:

Eu estou aqui, porque aqui eu encontro forças, busco energias positivas para continuar este trabalho árduo. Quem trabalha com a temática, sabe o quanto é árduo. Estou aqui porque foi aqui que eu me encontrei como pessoa, como negra. Estou aqui porque me sinto bem, estou com os meus amigos, meus companheiros de luta. Estou aqui porque sei que juntos iremos encontrar algo melhor e contribuir para uma melhor educação, uma melhor humanidade. [...] Hoje quem vê meu sorriso não imagina que eu não tinha esse sorriso negro, eu não tinha a oportunidade de mostrar o meu sorriso negro, hoje eu quero mostrar o meu sorriso negro. E quero passar isto para os meus alunos. Eu estou aqui por isso (Cinthia, bolsista da pesquisa entre 2011 e 2012).

A narrativa de Cinthia, que agora é professora da rede pública de ensino de São Gonçalo, vem reconhecer o valor das experiências compartilhadas e o sentido de comunidade presente no grupo. Sua narrativa nos relembra quem somos, nossas origens, fortalecendo laços de solidariedade, princípio importante na pesquisa. Unindo e aproximando, o “riso negro”, lembrado por

Cinthia e citado por Munanga,<sup>11</sup> sendo também um dos valores civilizatórios afro-brasileiros, tem estado presente em nossos encontros. O riso negro é definido pelo autor como um fenômeno sociológico e transcendental. De modo que o ser humano transforma o seu mundo interno no ato de rir e preserva a sua harmonia para encontrar forças de superação.

O professor Israel, do I.E.E. Clélia Nanci, junta sua voz a de outros participantes, em um momento de outra oficina pedagógica, demonstrando inquietação com a situação do negro na sociedade, focando seu trabalho pedagógico, especificamente, para a identidade do povo negro:

[...] em meio a esta questão tão forte que é o *apartheid* que a gente vive, nós vivemos em sua sociedade de pensamentos “escravagistas” que não se percebe que o negro não está inserido na sociedade. Ainda continua sendo um objeto como sempre foi sem nos darmos conta disso. Esta questão é o que me deixa inquieto demais. É nisto que eu estou trabalhando agora, estes primeiros dez anos foram para me localizar neste tempo, neste espaço, neste contexto, e a partir daí solidificando, ganhando raízes (professor Israel, em uma oficina pedagógica).

O que vamos evidenciando, nas narrativas dos participantes, que se inscrevem nas oficinas pedagógicas por afinidade com a temática por buscarem formação e para fortalecer laços em uma luta comum, como mencionou Cinthia, é que há tanto a denúncia da realidade de racismo quanto anúncio de propostas que vão trazendo um diferencial no sentido de transformação, mesmo durante o processo de formação docente. Neste sentido, Bárbara, então aluna do curso de Pedagogia da FFP/UERJ, atualmente professora da

---

11. Em palestra no dia 16 de novembro de 2011, no IV Seminário Educação e População Negra & I Encontro Regional da ABPN no Sudeste, na UFF.

rede pública de ensino de São Gonçalo, traz uma experiência do Estágio Supervisionado I – Educação Infantil.<sup>12</sup>

Eu trabalhei com... comecei a trabalhar com a africanidades, vamos dizer assim, no estágio. Eu também tive, como a Luiza<sup>13</sup> falou, esse encontro, porque quando eu falei da origem, a gente nunca trabalha com nossas origens, né? A gente trabalha a origem do outro, a gente fala do outro, da origem do outro, a gente trabalha muito a origem do nosso colonizador e a gente não trabalha a origem de ser brasileiro. E eu tive esse encontro na universidade, hoje... hoje eu me considero negra, tenho mãe negra, irmãs negras, sou negra, tenho todos, não só, a gente fala negro cor de pele... (Bárbara, em uma oficina pedagógica).

Bárbara fala das “africanidades” em seu trabalho. E, assim como Bárbara, percebemos que as práticas pedagógicas narradas por outros professores nos aproximam das “africanidades brasileiras”, como nos aponta Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva:

As Africanidades Brasileiras ultrapassam dados ou eventos materiais que guardam a memória da matriz primeira, a ancestralidade garante sua vinculação ao mundo africano, às tradições da África. Elas vêm sendo elaboradas desde os africanos escravizados, com sua força moral, intelectual e física contribuíram para construção da nação brasileira (Silva, 2010, p. 49).

Dessa maneira, vamos, em nossa pesquisa, buscando ressaltar as matrizes africanas que permeiam as práticas, os hábitos,

---

12. Atuando com a disciplina obrigatória, Estágio Supervisionado I, do Curso de Pedagogia, desenvolvemos atividades em escolas que atendam à educação infantil, com um caráter de investigação-intervenção. No primeiro semestre de 2010, a escola que nos acolheu foi a E.M. Professora Zulmira Mathias Netto Ribeiro, localizada no bairro Paraíso, no município de São Gonçalo.

13. Luiza, então, bolsista da pesquisa.



os costumes sociais da comunidade gonçalense e os participantes vão percebendo as múltiplas possibilidades de trabalho, independentemente de suas áreas de atuação.

Assim, em algumas oficinas pedagógicas, os professores da rede, que desenvolvem suas microações afirmativas, iniciam as oficinas, apresentando propostas pedagógicas. Destaco aqui uma das propostas apresentadas por Elizabeth Therezinha:<sup>14</sup>

Eu trouxe um trabalho aqui também, de uns três anos, eu trabalho com Formação de Professores e a questão capilar é uma questão que incomoda, né? Minha filha sempre que ficava lá atrás na aula de dança, porque o cabelo crespo sobe, e a professora dela de jazz colocava a criança lá pra atrás, eu reclamava com ela. Até que a garota conseguiu ficar lá na frente. Eu na sala de aula eu tinha uma aluna que toda hora pedia para sair, o cabelo enchia e toda hora ela molhava o cabelo, saia, voltava, molhava... “Ah, professora eu fico igual leoa, eles ficam me chamando de leoa aqui na sala quando a senhora não está”. Aí, no Curso Normal eu levei... na época eu só tinha esse livro aqui: “As tranças de Bitou”, que fala sobre cabelo, “O Cabelo de Lele”, que está emprestado. Para ter... é essa questão de ter identificação com o cabelo. Negro pode alisar o cabelo? Pode! Se ele quiser ele pode alisar, porque ele está ali. Primeiro... você tem que assumir sua identidade, se não assumir, não adianta. Então eu fiz esse trabalho na escola e foi uma aula assim que ficou... os corredores imensos, você conhece o Pandiá? Já trabalhou, lá do último andar? Parou a escola. Porque todos queriam trançar, fazer os enfeites. Aí fizemos a peça, muitas alunas que tinham a

---

14. Elizabeth Therezinha, além de ser participante da pesquisa “Compartilhando experiências: possibilidades para implementação da lei 10.639/03 em escolas públicas gonçalenses”, foi aluna do curso de pós-graduação *lato sensu* “Alfabetização dos alunos das classes populares”, no ano de 2000, tendo sido uma das professoras a compartilhar sua história de vida para minha pesquisa de doutoramento em educação. Também foi entrevistada durante a pesquisa “Microações afirmativas no cotidiano de escolas públicas do município de São Gonçalo”.

pele clara começaram a se identificar como negras. Até porque antes, a gente fez o trabalho da árvore genealógica. Em outra época eu passei um trabalho das bonecas negras. Por que as bonecas negras? Elas foram às lojas, conversaram com os gerentes, só estão no dia das crianças e no Natal, no resto dos dias, somem. As encomendas..., aí, elas observaram isso e disseram: “Poxa, professora!” Eu falei: “Essa é a realidade”. Eu, que já contei aqui, quanto tempo foi para eu dar uma boneca negra para minha filha, há muito tempo atrás. Ler uma história, eu não lia desde criança para ela, fui ler, ela tinha uns dez, doze anos... Não conseguia ler. Eu chorava ao contar a história e ninguém entendia. [...] eu não vivi aquilo, então quando eu levo isso para a sala e quando vejo muitas professoras da rede municipal de São Gonçalo, minhas alunas de estágio, graças a Deus. O município de São Gonçalo abre as portas, mas assim, as professoras passam os vídeos e acabou, entendeu? Perguntar alguma criança, vamos dizer “Menina bonita do laço de fita”, mas a Literatura Infantil não é só “Menina bonita do laço de fita”, tem muita coisa. O Estado manda verba lá pra escola e conseguimos comprar. Eu não sei como é em São Gonçalo, quais são os problemas de São Gonçalo em relação à Literatura Infantil. Pouca coisa, uns falam que é pouca coisa, aí, eu falo: “Cadê sua direção, secretaria municipal de educação, tem a lei 10.639 e 11.645, por que é que não se investe? É tão caro? Os livros são trinta, quarenta, cinquenta, mas por que não investir dois mil reais para compras? Esses livros para a criança, para a criança negra principalmente, se ver... e as outras perceberem também que a criança negra está ali” (Elizabeth Therezinha, em uma oficina pedagógica).

No momento da narrativa, a professora, que busca apresentar um trabalho desenvolvido na escola onde atua, o C.E. Pandiá Calógeras, junto às turmas do curso normal, vai entremeando questões pessoais, evidenciando o quanto as dimensões pessoal, profissional e a prática pedagógica não se apartam.

Não buscamos “interpretar” as narrativas, mas compreendê-las em sua complexidade. Embora a pesquisa envolva, também, as dimensões de ensino e extensão e tenha a preocupação com a formação para a implementação da lei 10.639/03, a centralidade está nos sujeitos cotidianos, pois a palavra de quem narra tem valor por si e o que se percebe por todo o trabalho desenvolvido é a valorização de *espaçotempos* narrativos que visam a formação inicial e contínua. Espaços de encontros: “as pessoas da pessoa são numerosas no interior da pessoa”, lembra-me Amadou Hampâté Bâ (1982, p. 195). E vamos exercitando de forma coletiva, comunitária, uma “escuta cuidadosa”, o que a tradição oral africana tem nos ensinado “esteja à escuta” (Bâ, 2003): “Desde a infância, éramos treinados a observar, olhar e escutar com tanta atenção, que todo acontecimento se inscrevia em nossa memória como cera virgem” (p. 13).

Com as atividades de pesquisa, ensino e extensão, consideradas espaços de encontro, percebemos e reafirmamos a importância do compartilhar de experiências para a construção de uma sociedade mais justa, humana e solidária: “Para descobrir um novo mundo, é preciso saber esquecer seu próprio mundo, do contrário o pesquisador estará simplesmente transportando seu mundo consigo ao invés de manter-se ‘à escuta’” (Bâ, 1982, p. 217). Porque “A gente não pode ser indivíduos, temos que ser sujeitos. Então esta questão de comum, comunidade, a troca de ideias de estar, de ser é importante. Sem isso ninguém chega a lugar nenhum” (Israel, professor de Artes do I.E.E. Clélia Nanci, em uma oficina pedagógica).

Princípio de comunidade, de coletividade, de cooperatividade. Retomamos valores civilizatórios afro-brasileiros (Trindade, 2005) e, assim, trazemos a voz de Reinaldo, professor da E.M. Raul Veiga:<sup>15</sup>

---

15. Reinaldo, assim como Israel e Elizabeth Therezinha, participa da pesquisa Compartilhando experiências: possibilidades para implementação da lei 10.639/03 em escolas públicas gonçalenses.

A oficina foi maravilhosa, pena que a hora passou muito rápido. Nessas horas a gente aproveita para colocar para fora muita coisa que fica presa dentro da gente. Eu falei coisa que aconteceu comigo na minha infância, adolescência e na fase adulta, que me incomodam até os dias de hoje, mas infelizmente continuam acontecendo. Por isso eu sonho e tenho esperanças que com esses trabalhos, daqui a algum tempo, as coisas poderão melhorar, e aí poderemos comemorar a nossa verdadeira liberdade (Reinaldo, após nossa primeira oficina pedagógica).

A narrativa do professor revela um pouco da dimensão desta pesquisa e do importante exercício que comecei a aprender com Regina Leite Garcia, dentre outros momentos, inspirada pela leitura de *Cartas londrinas*, que é o “ouvir”, mas um ouvir com o corpo todo, com todos os sentidos. Sentir e aprender com os professores para, a partir daí, buscar formas de transformar realidades. Em nossa perspectiva de trabalho, buscamos, por meio do compartilhar, experiências, formas de superar realidades de racismo e exclusão.

### **Trilhando possibilidades**

Muitos *encontros*, muitos *entrelugares* em que experiências foram compartilhadas, muito afeto permeia esses encontros e esses diferentes *espaçostempos* em que pude aprender e apreender com Regina Leite Garcia. A polissemia e o dialogismo (Bakhtin, 1990) presentes no GRUPALFA marcam nossas caminhadas. Assim, não há como concluir. As sementes semeadas vão germinando em outros grupos e o *Vozes da Educação* tem sido, para algumas de nós,<sup>16</sup> um desses grupos de afetos, de identificações, de encontros

---

16. Eu, Regina de Jesus, Mairce Araujo, Maria Tereza Goudard e Jacqueline Moraes, que nos encontramos, inicialmente no GRUPALFA e continuamos juntas no *Vozes da Educação*.

que vão aproximando a universidade – nossa FFP/UERJ – de escolas públicas gonçalenses, nas quais desenvolvemos nossas atividades de ensino-pesquisa-extensão.

## Referências

- BÂ, Amadou Hampâté. *Amkoullel, o menino fula*. São Paulo: Palas Athena/Casa das Áfricas, 2003. 376p.
- \_\_\_\_\_. “A tradição viva”. In KI-ZERBO, Joseph (org.) *História geral da África*. São Paulo: Ática, 1982/Paris: Unesco, 1980.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- BRASIL. MEC. *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. 2009.
- \_\_\_\_\_. *Parecer CNE/CP nº 3*. 2004.
- CERTEAU, Michel deA *invenção do cotidiano: artes de fazer*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GARCIA, Regina Leite. “A difícil arte/ciência de pesquisar com o cotidiano”. In \_\_\_\_\_ (org.). *Método, métodos, contramétodo*. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 193-208.
- \_\_\_\_\_(org.). *Novos olhares sobre a alfabetização*. São Paulo: Cortez, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Cartas londrinas e de outros lugares sobre o lugar da educação*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- \_\_\_\_\_. (org.) *Alfabetização dos alunos das classes populares*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1992. (Questões da nossa época).
- \_\_\_\_\_ e ALVES, Nilda. “Atravessando fronteiras e descobrindo (mais uma vez) a complexidade do mundo”. In ALVES, Nilda e GARCIA, Regina Leite (org.). *O sentido da escola*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001, pp. 81-110. (O sentido da Escola).

- GARCIA, Regina Leite e VALLA, Victor V. “A fala dos excluídos”. In *Cadernos Cedes*, 38: *A fala dos excluídos*. Campinas: Papirus, ago. 1996, pp. 9-17.
- GARCIA, Regina Leite et al (org.). *Conversas sobre o lugar da escola*. Rio de Janeiro: H.P. Comunicação/A Página/ Profedições/GRUPALFA, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Método, métodos, contramétodo*. São Paulo: Cortez, 2003.
- JESUS, Regina de Fatima de. *Mulher negra alfabetizando: que palavramundo ela ensina o outro a ler e escrever?* (tese). Unicamp, 2004. 304f.
- \_\_\_\_\_. “Micro-ações afirmativas: possibilidades de superação da desigualdade etnicorracial nos cotidianos escolares”. In VI Congresso Brasileiro de História da Educação: invenção, tradição e escritas da história da Educação no Brasil. Vitória: SBHE, v. 1, 2011, pp. 1-14.
- \_\_\_\_\_. “As microações afirmativas cotidianas e suas possibilidades emancipatórias”. In RIBETTO, Anelice (org.). *Políticas, poéticas e práticas pedagógicas (com minúsculas)*. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj, 2014.
- JOSSO, Marie Christine. *Experiências de vida e formação*. São Paulo: Cortez, 2004.
- MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes. 1999.
- NIANE, D.T. *Sundjata ou a epopéia mandinga*. São Paulo: Ática, 1982.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crise da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.
- SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *Estudos Afro-Brasileiros: africanidades e cidadania*. In ABRAMOWICS, Anette; GOMES, Nilma Lino (Org.). *Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- SOUZA, Neusa Santos Souza. *Tornar-se negro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- TRINDADE, A.L. “Valores civilizatórios afro-brasileiros na educação”. In MEC – *Valores afro-brasileiros na Educação*. Boletim 22, nov. 2005. Salto para o Futuro/TV Escola.